



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 056/2026

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS

REGIDO PELA LEI N° 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR N° 123/06.

OBJETO: Registro de preços para aquisição, eventual e futura, de roçadeiras profissionais à gasolina destinado à execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas urbanas e rurais, visando atender às necessidades operacionais das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer.

DATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 07/07/2026

HORÁRIO DE ABERTURA DE PROPOSTAS: 13H

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: ATÉ 12H59MIN DO DIA 07/07/2026

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMMLicita - www.ammlicita.org.br

PORTARIA MUNICIPAL N.º. 2571, DE 16 DE JULHO DE 2025: Pregoeiro Luís Gustavo Andrade Duarte.

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$18.047,25 (dezoito mil e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos)

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESCLARECIMENTOS:

a) Diretamente pela plataforma de licitações - www.ammlicita.org.br > edital PE 028/2026 > esclarecimentos;

b) Através do sítio eletrônico do Município de Santana do Paraíso: www.santanadoparaíso.mg.gov.br, aba Licitações, Pregões Eletrônico n.º. 028/2026;



TELEFONE: (31)3251-7502.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 09h00min. às 18:00min.

1. PREÂMBULO

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO/MG**, por intermédio da Diretoria de Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações AMM Licita** (www.ammlicita.org.br).

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo **Sr. Luís Gustavo Andrade Duarte** e pela Equipe de Apoio, nomeados pelo ato administrativo supramencionado, e regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Legislação Municipal, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1.3. O Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, através do endereço eletrônico www.santanadoparaiso.mg.gov.br, aba Licitações, bem como na Plataforma de Licitações AMM Licita, através do endereço eletrônico www.ammlicita.org.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação e mediante o recolhimento da taxa de R\$10,00 (dez reais) inerentes aos seus custos reprográficos (art. 5º, III, Lei n.º 10.520/2002).

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico www.ammlicita.org.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso, através do endereço eletrônico www.santanadoparaiso.mg.gov.br, aba Licitações.

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o pretendente licitante não acesse o email informado ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação o registro de preços para aquisição, eventual e futura, de roçadeiras profissionais à gasolina destinado à execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas urbanas e rurais, visando atender às necessidades operacionais das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal



3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas legalmente constituídas e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus documentos complementares.

3.2. Não poderão participar do presente certame a empresa:

3.2.1. Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.2. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.2.3. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;

3.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

3.2.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;

3.2.6. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, art. 14 da Lei n.º 14.133/2021;

3.2.6.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.2.7. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.2.8. Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;

3.2.9. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;



3.2.10. Consórcio de empresa¹, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.3. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações, o qual poderá ser realizado em www.ammlicita.org.br

3.4. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolizar o pedido diretamente pelo site www.ammlicita.org.br, no local específico dentro do processo licitatório em análise - cabendo ao PREGOEIRO decidir sobre a petição no prazo de **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

4.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

¹ A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica pelo fato de que a futura contratação é considerado objeto perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, sendo que é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação fiscal, trabalhista e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu artigo 15 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Ressalte-se que a nossa decisão com relação à vedação à participação de consórcios, para o caso concreto, visa exatamente afastar a restrição à competição.



5.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

5.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da AMM Licita (www.ammlicita.org.br).

5.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Santana do Paraíso, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

5.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

5.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 e art 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

b) Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

c) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

d) Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.



e) Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

f) Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

g) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

h) Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

i) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, não contrariando o disposto no art 4º § 2º da Lei 14.133/2021. cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

() Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição/detalhamento do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.

6.9. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo de 02 (duas) horas, definido pela Comissão de Contratação, sob pena de desclassificação, podendo ser prorrogado.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do lote e seus itens;

7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia etc.

7.1.3. MARCA/MODELO dos produtos apresentados

7.1.4. Deverá ser apresentado catálogo/prospecto dos itens, sob pena de desclassificação.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.



7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade mínimo da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7.7. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor**, a seguir informada:

a) Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

b) Os documentos de Habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido neste edital de licitação, após solicitação do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, no sistema eletrônico, no prazo de 2h (duas horas), podendo ser prorrogado este nas seguintes situações:

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

II - De ofício, a critério do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente



para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da documentação

8.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. Registro comercial no caso de firma individual;

8.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

8.2.3. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

8.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#). (Que deverá ser comprovado conforme cláusula 5.7 deste Edital.

Nota 01 - A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Nota 02 - As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

Nota 03 – A ausência de anexação de certidão fiscal, social e trabalhista que possam ser conferidas em meio eletrônico não será motivo único para inabilitação do fornecedor, podendo o Pregoeiro(a) realizar a pesquisa eletrônica para fins de análise da regularidade fiscal da empresa.



8.4. DA REGULARIDADE ECONÔMICA FINANCEIRA

I - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, OU Certidão Positiva de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, acompanhada do documento abaixo:

II - Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão Positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial exigida no item anterior, ATESTADO, emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial ou extrajudicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado, ou documento que comprove que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005.

8.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta classificada e para os fins de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de algum dos impedimentos referidos neste Termo, será verificado pelo Pregoeiro, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- c) Cadastro de Inabilitados e de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);
- e) outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

8.5.1. As consultas aos cadastros mencionados anteriormente poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), conforme o caso.

8.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome do fornecedor interessado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio da plataforma <https://ammlicita.org.br/>, nos documentos por ele abrangidos.



8.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas após solicitação da Prefeitura Municipal, sob pena de inabilitação.

8.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista para Micro empresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor da dispensa, prorrogável por igual período, a critério da Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.10. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 8.10. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Prefeitura Municipal convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a dispensa.

8.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.11.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Prefeitura Municipal examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

8.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste



Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.8. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

9.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$0,01 (um centavo)**.

9.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



- 9.16.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.17.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.
- 9.18.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.19.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.20.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.21.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 9.22.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.23.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de SE aplicar o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 9.24.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.25.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.26.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele



intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na legislação, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

9.29.1. Produzidos no país;

9.29.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

9.29.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.29.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a



negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares, observado o disposto na legislação.

10.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada na forma da Lei Federal 14.133/2021.

10.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



10.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.9.1. Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

10.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “**chat**” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11. O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “**chat**”.

11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

11.1. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

11.2. O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor / maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

11.3. Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.



11.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

11.6. Serão rejeitadas as propostas que:

11.6.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

11.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro.

11.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

11.7.1. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

11.8. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

11.9. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

11.10. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

12.1. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.

12.1.1. A proposta somente não será atualizada automaticamente quando houver mais de um item dentro do lote, cabendo ao fornecedor a atualização dos valores de sua proposta no prazo de 02 (duas) horas, podendo ser prorrogado por igual período desde que aprovado pela administração.

12.2. Deverá, contudo, o licitante vencedor, encaminhar por e-mail (licita.santanadoparaíso@gmail.com) a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento, isso no prazo de 24 (vinte e quatro horas);

13. DO RECURSO



13.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo (30) trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, indicando que pretende recorrer, em campo próprio do sistema.

13.2. A falta de manifestação imediata da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste Pregão, implica decadência desse direito.

13.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.3.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.

13.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade superior, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar a Ata de Registro de preços, que obedecerá ao modelo



em documento complementar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da convocação emitida pelo Setor, sob pena de decair do direito à contratação.

15.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ARP ou não aceitar, ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato/ARP nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme artigo 90 da lei Federal 14.133/2021.

16. DO PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS SUAS CARACTERÍSTICAS

16.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.1.1. Ao prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá renovar o saldo quantitativo em até 100% do saldo original e deverá dar publicidade à intenção de renovação da vigência da Ata de RP em até 30 dias antes de terminar a vigência da ARP. A informação ficará publicada pelo período de 5 dias úteis, podendo no 6º dia útil assinar o aditivo de prorrogação se não houver manifestação em contrário.

16.2. No prazo de validade da ata de registro de preços poderá ser contratado os fornecedores registrados na ata de Registro de Preços que será formalizada por meio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

16.3. A Ata de Registro de Preços celebrado poderá ser rescindida a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

17. DAS OBRIGAÇÕES DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

17.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, constituem obrigações do Fornecedor Registrado, além da constante do Art. 89 e 92 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta da Ata de Registro de Preços.

17.2. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/ARP, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **ÓRGÃO**



GERENCIADOR, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

18.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

18.2. Constituem obrigações do Órgão Gerenciador, além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas na minuta da Ata de RP.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. As condições de fiscalização estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As condições de pagamento estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Das infrações e sanções aplicáveis aos licitantes quando:

21.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 0,5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos.

21.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos

21.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, será aplicada as seguintes sanções:



a) multa no percentual de 5% do valor estimado para licitação em todos os itens propostos pelo licitante.

b) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos

21.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, será aplicada as seguintes sanções:

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.5. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

21.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

a) multa no percentual de 30% do valor estimado para licitação nos itens propostos pelo licitante.



a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

22. DO REAJUSTAMENTO

22.1. As condições de reajustamento estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

23. DO ACRÉSCIMO/SUPRESSÃO

23.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

24.1. As condições de registro estão contidas na Minuta da Ata de Registro de Preços.

25. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

25.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos, ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

a) O remanejamento de que trata esta cláusula somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

b) O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata esta cláusula.

c) Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos limites de adesão que trata a cláusula 26.2.

d) Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



e) Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

f) Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto na letra “b”, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

26. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

26.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pela que vier a substituí-la no próximo exercício:

02.09.01.04.122.0004.1096.4.4.90.51.00 - FICHA 655 - FONTE 1500

02.09.01.04.122.0004.2086.3.3.90.30.00 - FICHA 661 - FONTE 1500

02.06.06.27.812.0042.1090.4.4.90.52.00 - FICHA 320 - FONTE 1500

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. É facultado ao(a) PREGOEIRO(A) ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

27.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para o fornecimento, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

27.3. Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

27.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar em sua totalidade, sendo que as contratações se darão de acordo com a demanda do município.

27.5. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressa da Administração.



27.6. A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, por motivo de conveniência e oportunidade, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade insanável de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

27.7. O PREGOEIRO, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.8. É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

27.9. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações, nos dias úteis, das 9h às 18h ou pelo telefone (31)3251-7502 e e-mail: licita.santanadoparaiso@gmail.com. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico (www.ammlicita.org.br).

27.10. Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico (www.ammlicita.org.br) ou www.santanadoparaiso.mg.gov.br.

27.11. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

27.12. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

27.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.13.1. Considera-se dia do começo do prazo:

a) o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;

b) a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.



27.14. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo, conforme faculta o Art. 59, § 2º c/c art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

27.15. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e no Código Penal Brasileiro.

27.16. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.17. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato / Ata de Registro de Preço.

27.18. Integram o Presente Edital:

- a) Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;
- b) Anexo II - Termo de Referência;
- c) Anexo III - Modelo de Proposta;
- d) Anexo IV - Minuta da ARP;
- e) Anexo V - Minuta do Contrato

Santana do Paraíso, 23 de junho de 2026.

Juliana de Amorim Lima
Pregoeira

Gilberto Albertino Ramos
Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente

Janice Alves da Silva
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer



ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 058/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I - Descrição da Necessidade da Contratação

A Administração Pública Municipal enfrenta a necessidade contínua de execução de serviços de roçagem, capina e limpeza de áreas públicas urbanas e rurais, visando assegurar adequadas condições de conservação, salubridade, segurança e bem-estar da população. O crescimento acelerado de vegetação em vias públicas, praças, canteiros, áreas institucionais, terrenos públicos, margens de estradas vicinais, unidades administrativas e demais espaços sob responsabilidade do Município compromete a utilização adequada desses locais, favorecendo o surgimento de animais peçonhentos, proliferação de insetos e vetores de doenças, descarte irregular de resíduos, riscos à segurança viária, além de prejudicar a estética urbana e o interesse público.

II - Justificativa

A execução dos serviços de roçagem, capina e limpeza de áreas públicas mostra-se indispensável para garantir a adequada conservação dos espaços públicos municipais, assegurando condições mínimas de salubridade, segurança, acessibilidade e bem-estar à população. A ausência de manutenção periódica da vegetação ocasiona o crescimento excessivo de mato e capim, favorecendo a proliferação de animais peçonhentos, insetos e vetores transmissores de doenças, além de contribuir para o descarte irregular de resíduos sólidos e aumento de riscos sanitários.

Além dos impactos à saúde pública, o acúmulo de vegetação compromete a visibilidade em vias urbanas e estradas vicinais, aumentando riscos de acidentes e prejudicando a mobilidade e segurança de pedestres e motoristas. Também afeta diretamente a utilização adequada de praças, áreas institucionais, equipamentos públicos e demais espaços de uso coletivo, prejudicando a prestação dos serviços públicos e a qualidade de vida da população.

A manutenção contínua dessas áreas constitui medida preventiva e essencial para preservação do patrimônio público, valorização urbana, conservação ambiental e



atendimento ao interesse público, observando os princípios da eficiência, continuidade e economicidade administrativa previstos na legislação aplicável.

Dessa forma, a contratação da solução pretendida visa assegurar a execução regular, eficiente e adequada dos serviços de roçagem e limpeza, garantindo a conservação permanente dos espaços públicos sob responsabilidade do Município e prevenindo situações que possam causar riscos à saúde, segurança e ao adequado funcionamento das atividades públicas.

III - Objetivos

O objetivo deste Estudo Técnico Preliminar é analisar e apresentar a melhor alternativa para o atendimento das demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais de Santana do Paraíso

IV - Levantamento de Mercado

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento das alternativas existentes no mercado aptas ao atendimento da demanda relacionada aos serviços de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas municipais, considerando aspectos de viabilidade técnica, operacional, econômica, eficiência administrativa e atendimento ao interesse público.

Durante a análise, foram identificadas as seguintes possíveis soluções para atendimento da necessidade administrativa:

a) Contratação de empresa terceirizada para execução integral dos serviços de roçagem

A presente solução consistiria na contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra, equipamentos, insumos, combustíveis, manutenção e execução completa dos serviços de roçagem e limpeza das áreas públicas municipais.

Como vantagens, verifica-se a transferência da responsabilidade operacional à contratada, redução de encargos relacionados à manutenção de equipamentos e possibilidade de ampliação imediata da capacidade operacional do Município.

Considerando que o Município já dispõe de equipe operacional mínima apta à execução das atividades de roçagem e limpeza urbana, a hipótese de terceirização integral dos serviços foi descartada, especialmente sob a ótica da economicidade, eficiência administrativa e gestão contratual. Verificou-se que a contratação continuada de empresa terceirizada acarretaria elevado custo operacional permanente para a Administração, além de gerar dependência contínua de execução indireta para atendimento de demanda rotineira e permanente do Município.



b) Locação de equipamentos de roçagem

Outra solução identificada consiste na locação de roçadeiras e equipamentos correlatos para utilização pela equipe própria do Município.

A alternativa possui como vantagem a redução imediata do investimento inicial em aquisição de bens permanentes, além da possibilidade de substituição contratual dos equipamentos em caso de defeitos.

Todavia, a solução demonstra desvantagens significativas, tais como: custo continuado de locação; dependência contratual permanente; limitação de disponibilidade dos equipamentos; risco de indisponibilidade operacional em períodos críticos; além de potencial custo global superior no médio e longo prazo, especialmente diante da característica contínua e permanente da demanda administrativa.

Observa-se ainda que a locação não incorpora patrimônio ao Município, gerando despesa continuada sem retorno patrimonial proporcional ao investimento realizado.

c) Execução direta pela Administração com aquisição de novos equipamentos

A solução consiste na execução dos serviços por equipe própria do Município, mediante aquisição de novas roçadeiras profissionais à gasolina e demais equipamentos necessários à adequada execução das atividades, em substituição aos equipamentos atualmente existentes, os quais se encontram desgastados, obsoletos, com elevado índice de manutenção corretiva e sem viabilidade técnica e econômica de reparo.

A alternativa apresenta vantagens relevantes sob os aspectos da economicidade, eficiência e interesse público, destacando-se:

- fortalecimento da capacidade operacional própria da Administração;
- redução de custos continuados com terceirizações ou locações;
- maior autonomia logística na programação e execução dos serviços;
- atendimento mais célere das demandas emergenciais e rotineiras;
- incorporação dos equipamentos ao patrimônio público;
- redução de despesas futuras relacionadas à manutenção de equipamentos antigos e ineficientes.

Além disso, verifica-se que os serviços de roçagem possuem natureza contínua, rotineira e permanente, estando diretamente relacionados à manutenção ordinária dos espaços públicos municipais, circunstância que reforça a vantajosidade da estruturação da capacidade operacional própria da Administração.

Como desvantagem, identifica-se a necessidade de investimento inicial para aquisição dos equipamentos. Contudo, tal custo mostra-se proporcional, razoável e economicamente vantajoso diante da durabilidade estimada dos bens e da redução de despesas continuadas com soluções terceirizadas.



Após análise comparativa das alternativas disponíveis, conclui-se que a solução mais vantajosa, eficiente e alinhada ao interesse público consiste na execução direta dos serviços pela própria Administração Municipal, mediante aquisição de roçadeiras profissionais à gasolina e equipamentos correlatos, em substituição aos equipamentos atualmente inservíveis.

a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, considerando a natureza estimativa e variável da demanda administrativa. Embora o levantamento inicial contemple a substituição de equipamentos atualmente inservíveis e sem viabilidade econômica de reparo, verifica-se a possibilidade de ocorrência de novas necessidades ao longo da vigência da ata, em razão do desgaste natural, quebra ou inutilização de outros equipamentos utilizados continuamente nos serviços de roçagem e conservação urbana.

A opção adotada observa os princípios da economicidade, eficiência, planejamento, continuidade do serviço público e vantajosidade administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021, mostrando-se tecnicamente adequada e financeiramente mais benéfica ao Município no médio e longo prazo, além de promover melhor gestão dos recursos públicos e fortalecimento da estrutura operacional municipal.

V - Descrição da Solução

A solução proposta consiste na aquisição, mediante Sistema de Registro de Preços, de roçadeiras profissionais à gasolina destinados à execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas municipais, visando à substituição dos equipamentos atualmente existentes que se encontram desgastados, inoperantes ou sem viabilidade técnica e econômica de reparo.

Os equipamentos a serem adquiridos deverão possuir características profissionais, adequadas à utilização contínua e intensiva em serviços públicos de manutenção urbana e rural, devendo apresentar robustez, durabilidade, desempenho compatível com a demanda operacional da Administração e conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

A contratação contemplará equipamentos novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados em embalagem original de fábrica, acompanhados de todos os acessórios, componentes, ferramentas, manuais de operação e itens necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações técnicas a serem definidas no Termo de Referência.

Os fornecimentos ocorrerão de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Autorização de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras, observando-se os quantitativos efetivamente demandados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sem obrigação de contratação integral dos itens registrados.



Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado Central do Município, situado no endereço Rua José Matias, 39, Bairro Josefino Anício, no horário das 09:00 às 16:00h, em dias úteis, ficando sob responsabilidade da contratada todas as despesas relacionadas ao transporte, carregamento, descarregamento, seguro e demais custos necessários à perfeita entrega do objeto.

Os produtos deverão possuir garantia de fábrica, com prazo mínimo a ser definido no Termo de Referência, contada a partir do recebimento definitivo pela Administração, abrangendo defeitos de fabricação, funcionamento, montagem e desempenho dos equipamentos. Durante o período de garantia, a contratada deverá responsabilizar-se pela substituição, reparo ou assistência técnica dos equipamentos que apresentarem defeitos, sem quaisquer ônus adicionais ao Município.

Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas exigidas pela Administração, sendo vedado o fornecimento de produtos usados, reconicionados, remanufaturados ou fora de linha de fabricação. Também deverão possuir disponibilidade regular de peças de reposição e assistência técnica autorizada, visando garantir a continuidade operacional dos serviços públicos.

A solução pretendida busca fortalecer a estrutura operacional própria da Administração Municipal, garantindo maior eficiência, economicidade, continuidade e autonomia na execução dos serviços de limpeza e conservação urbana, em conformidade com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

VI - Estimativas de Quantidades

As quantidades estimadas para a presente contratação foram definidas com base nas necessidades formalmente apresentadas pelas Secretarias Municipais demandantes, considerando as rotinas operacionais relacionadas aos serviços de roçagem, limpeza e conservação das áreas públicas sob responsabilidade da Administração.

Para definição dos quantitativos, foram analisados fatores como a demanda contínua dos serviços, o desgaste natural dos equipamentos atualmente utilizados, a existência de equipamentos inoperantes ou sem viabilidade econômica de reparo, bem como a previsão de disponibilidade de recursos financeiros para atendimento da contratação durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços.

A estimativa também observou critérios de proporcionalidade relacionados à extensão do patrimônio público municipal, quantitativo de áreas que demandam manutenção periódica e quantidade de servidores integrantes das equipes operacionais responsáveis pela execução dos serviços de roçagem e conservação urbana e rural.



Registra-se, ainda, que os quantitativos estimados possuem caráter previdencial, podendo as aquisições ocorrer de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade da Administração, não gerando obrigação de contratação integral dos itens registrados, em conformidade com a sistemática do Sistema de Registro de Preços e com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento administrativo.

VII - Legislação Aplicável

A aquisição dos bens em questão deve observar a legislação vigente, incluindo:

- Lei Federal nº 14.133/2021.
- Lei Complementar nº 123/2006 e suas atualizações, que trata do tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

VIII - Requisitos da Contratação

Para atendimento adequado da necessidade administrativa, os equipamentos a serem adquiridos deverão observar requisitos mínimos de qualidade, desempenho, durabilidade e suporte técnico, compatíveis com a utilização contínua e intensiva nas atividades de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas municipais.

As roçadeiras deverão possuir características profissionais, sendo novos, de primeiro uso, e fabricados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, devendo apresentar desempenho operacional compatível com serviços contínuos de manutenção urbana e rural.

Os produtos deverão possuir garantia de fábrica contra defeitos de fabricação, montagem ou funcionamento, pelo prazo mínimo a ser definido no Termo de Referência, contado a partir do recebimento definitivo pela Administração. Durante o período de garantia, a contratada deverá responsabilizar-se pela substituição, reparo ou assistência técnica dos equipamentos defeituosos, sem ônus adicional ao Município.

Com fundamento nos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e vantajosidade administrativa, poderá ser exigido que os equipamentos possuam rede de assistência técnica autorizada em território nacional, bem como disponibilidade regular de peças de reposição e componentes compatíveis, visando assegurar condições adequadas de manutenção, redução do tempo de indisponibilidade operacional e prolongamento da vida útil dos equipamentos. Tal exigência não possui caráter restritivo de competitividade, mas objetiva garantir a efetiva operacionalidade dos bens durante sua utilização pela Administração Pública.



Os licitantes deverão apresentar catálogo, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente emitido pelo fabricante, contendo especificações suficientes para comprovação do atendimento às características técnicas exigidas no Termo de Referência, permitindo a adequada análise e verificação de compatibilidade do produto ofertado com as necessidades da Administração.

Poderão ainda ser exigidos documentos complementares destinados à comprovação da procedência, marca, modelo, potência, capacidade operacional e demais características técnicas dos equipamentos ofertados, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e o fornecimento de produtos compatíveis com a finalidade pública pretendida.

Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados, completos, acompanhados de manuais de operação em língua portuguesa, ferramentas, acessórios e itens indispensáveis ao pleno funcionamento, observando-se todas as exigências de segurança e qualidade aplicáveis ao objeto contratado.

IX - Estimativa do Valor da Contratação

O valor total da contratação será determinado com base nas propostas apresentadas pelos licitantes vencedores, de acordo com a modalidade de pregão eletrônico.

Será estabelecido um limite orçamentário para a contratação, levando em consideração os recursos disponíveis e as necessidades previstas.

A estimativa prévia foi considerada os valores pagos nos últimos meses no mercado e apresentados nos Documento de Formalização de Demanda (DFD) apresentados pelas secretarias.

O valor total foi estimado em R\$20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

X - Resultados Pretendidos

Com a presente contratação, a Administração Municipal pretende fortalecer a capacidade operacional própria destinada à execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas, assegurando maior eficiência, continuidade e qualidade na manutenção dos espaços públicos municipais.

Busca-se, ainda, a substituição dos equipamentos atualmente desgastados, obsoletos ou sem viabilidade técnica e econômica de reparo, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes operacionais, aumento da produtividade dos serviços e redução de paralisações decorrentes de falhas mecânicas e manutenção corretiva excessiva.

Como resultados esperados, destacam-se:



- melhoria das condições de limpeza, conservação e manutenção das áreas públicas urbanas e rurais;
- redução do crescimento excessivo de vegetação em vias, praças, áreas institucionais e demais espaços públicos;
- diminuição de riscos relacionados à proliferação de animais peçonhentos, insetos e vetores de doenças;
- aumento da segurança viária e da visibilidade em vias urbanas e estradas vicinais;
- fortalecimento da estrutura operacional própria da Administração;
- redução de custos continuados com terceirizações e manutenções frequentes de equipamentos antigos;
- maior agilidade no atendimento das demandas rotineiras e emergenciais de limpeza urbana;
- incremento da vida útil operacional dos equipamentos utilizados pela equipe municipal;
- melhoria da eficiência administrativa e da economicidade na execução dos serviços públicos.

Pretende-se também garantir maior autonomia administrativa na execução das atividades de conservação urbana e rural, promovendo atendimento contínuo e adequado das necessidades da população, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021..

XI - Providências Prévias

Para a efetivação dessa contratação, devem ser tomadas as seguintes providências prévias:

- Identificar as necessidades específicas de cada secretaria em relação a quantidade e descrição que melhor atenda a demanda, priorizando critérios de segurança, praticidade e resistência.
- Elaborar os termos de referência que incluem as especificações técnicas detalhadas dos equipamentos requeridos.
- Realizar pesquisa de mercado para identificar fornecedores qualificados e competitivos.
- Preparar a documentação necessária para a realização do pregão eletrônico, incluindo o edital, com as regras e condições da licitação.

Essas providências prévias são cruciais para garantir que o processo de contratação seja eficiente, transparente e em conformidade com a legislação aplicável.

XII - Justificativa para o parcelamento ou não da solução, se aplicável



O parcelamento do objeto foi considerado viável técnica e economicamente por ser composto de itens de natureza divisível, uma vez que cada item possui aplicação individual, de maneira que tanto aquisição quanto a utilização independem dos demais. Ademais, podem ser fornecidos por empresas distintas e, desse modo, amplia-se da competição.

Ademais, consoante estudos promovidos no âmbito nacional, o mercado tem capacidade para atendimento da demanda na forma parcelada e por item, o que afasta eventuais questionamentos acerca de alguma fragilidade à competitividade do certame.

XIII - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No presente exercício, não há contratações correlatas que guardem relação ou afinidades com o objeto da compra pretendida.

XIV - Impactos Sociais e Medidas Mitigadoras

A presente contratação possui impactos sociais predominantemente positivos, considerando que a adequada execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas contribui diretamente para melhoria das condições de segurança, salubridade, mobilidade e bem-estar da população.

A manutenção periódica das áreas públicas reduz o crescimento excessivo da vegetação, contribuindo para prevenção da proliferação de animais peçonhentos, insetos e vetores de doenças, além de minimizar riscos de acidentes em vias urbanas e estradas vicinais ocasionados pela obstrução da visibilidade e ocupação indevida das áreas de circulação.

A solução também promove impactos positivos relacionados à valorização dos espaços públicos, melhoria da paisagem urbana, preservação das condições adequadas de utilização de praças, vias, áreas institucionais e equipamentos públicos, além de fortalecer a percepção de organização, conservação e eficiência dos serviços públicos municipais.

Sob o aspecto operacional, a aquisição de novos equipamentos proporcionará melhores condições de trabalho às equipes responsáveis pelos serviços de manutenção urbana e rural, reduzindo falhas operacionais, interrupções frequentes dos serviços e riscos decorrentes da utilização de equipamentos desgastados ou inadequados.

Como medidas mitigadoras relacionadas aos impactos sociais eventualmente identificados durante a execução das atividades, a Administração adotará providências voltadas à utilização segura dos equipamentos, treinamento adequado dos servidores operadores, observância das normas de segurança do trabalho,



utilização de equipamentos de proteção individual – EPIs e planejamento operacional das atividades, visando minimizar riscos à população, aos servidores e ao trânsito durante a realização dos serviços de roçagem.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta elevado interesse público e relevante impacto social positivo, contribuindo diretamente para melhoria da qualidade de vida da população e para manutenção adequada dos espaços públicos municipais.

XV - Posicionamento Conclusivo

Após a realização dos estudos técnicos preliminares, levantamento de mercado e análise das alternativas disponíveis para atendimento da demanda administrativa, a equipe técnica conclui pela viabilidade e adequação da contratação pretendida, consistente na aquisição de roçadeiras profissionais à gasolina, por meio do Sistema de Registro de Preços, destinados à execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação das áreas públicas municipais.

A solução proposta demonstrou-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa para a Administração, especialmente considerando a existência de equipe operacional própria apta à execução dos serviços, a necessidade de substituição de equipamentos desgastados e sem viabilidade de reparo, bem como a natureza contínua e permanente das atividades de manutenção urbana e rural.

Verificou-se que a adoção da solução permitirá fortalecimento da estrutura operacional municipal, melhoria da eficiência dos serviços públicos, redução de custos continuados com terceirizações e manutenção corretiva excessiva, além de proporcionar maior autonomia administrativa, continuidade operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Conclui-se, ainda, que a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se medida adequada diante da possibilidade de surgimento de demandas supervenientes durante a vigência da ata, permitindo futuras aquisições conforme necessidade efetiva da Administração, observados os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e vantajosidade administrativa.

Dessa forma, a equipe técnica manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento da contratação, por entender que a solução pretendida atende ao interesse público e encontra respaldo nos princípios e disposições estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO
CNPJ 38.515.573/0001-20 - Inscrição Estadual: Isenta
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso - MG
CEP 35179000 - Fone (31) 3251-7502

Fls.:

DPL/PMSP

Daniel Amorim Reggiani Costa
Assistente Administrativo do Município de Santana do Paraíso

Wilker Batista de Oliveira
Referência Técnica Secretária de Educação

Sergio Francisco de Oliveira
Referência Técnica Secretária de Obras



ANEXO A

Identificação de quantitativo e modelos

ITEM	DESCRIPTIVO RESUMIDO	QT TOTAL	VR UNIT. ESTIMADO	VR TOTAL ESTIMADO
1	ROÇADEIRA PROFISSIONAL A GASOLINA	5	R\$4.080,00	R\$20.400,00
TOTAL ESTIMADO				R\$20.400,00

Nota: Considerando a finalidade do presente Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, registra-se que este documento se destina à demonstração da necessidade da contratação, análise das soluções disponíveis no mercado e definição da solução mais vantajosa à Administração. Assim, as especificações técnicas detalhadas do objeto, critérios de aceitação, condições de execução, requisitos operacionais e demais elementos minuciosos da contratação serão devidamente estabelecidos no Termo de Referência, documento próprio destinado ao detalhamento técnico-operacional da solução pretendida.



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 058/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição, eventual e futura, de roçadeiras profissionais à gasolina destinado à execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas urbanas e rurais, visando atender às necessidades operacionais das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal.

1.2. Descrição Minuciosa do Objeto:

1.2.1. Quantitativo:

ITEM	UND.	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
1	UND	5	ROÇADEIRA PROFISSIONAL À COMBUSTÃO - Roçadeira profissional à gasolina, motor 2 tempos refrigerado a ar, potência mínima de 1,4 kw (1,9 cv), motor com cilindrada mínima de 35 cm ³ e máxima de 46 cm ³ . Reservatório de combustível com capacidade mínima de 550ml e máxima de 1.000ml. Sistema de partida manual retrátil com alívio de esforço na tração. Sistema de transmissão por eixo cardã rígido em aço forjado, de alta resistência, montado sobre rolamentos ou buchas autolubrificantes, adequado ao uso profissional contínuo. Peso máximo sem conjunto de corte de 8,5 kg. Equipada obrigatoriamente com Sistema Antivibratório com coxins amortecedores entre o motor e o tubo, e guidão ergonômico assimétrico com comandos de aceleração e parada integrados. Incluso: lâmina de corte em aço de 03 pontas, cabeçote de fio de nylon automático ou semiautomático, defletor universal de segurança, cinto de sustentação duplo profissional com alças para os dois ombros e protetor de quadril. Comprovação de disponibilidade de assistência técnica autorizada em território nacional e fornecimento regular de peças de reposição originais. Garantia mínima: 12 meses.



1.2.2. As roçadeiras profissionais à gasolina a serem fornecidas deverão ser novas, de primeiro uso, sem qualquer utilização anterior, não sendo admitidos equipamentos remanufaturados, reconicionados, reciclados, usados, reformados ou provenientes de mostruário.

1.2.3. Os equipamentos deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, devidamente lacrados e acondicionados, acompanhados de todos os acessórios, componentes, ferramentas, manuais, proteções e itens originais necessários ao perfeito funcionamento e operação do equipamento, conforme fornecimento padrão do fabricante.

1.2.3.1. As roçadeiras deverão ser entregues completas, montadas ou em condições imediatas de montagem e utilização, acompanhadas de manual de instruções em língua portuguesa e certificado de garantia do fabricante.

1.2.4. Os produtos deverão atender às normas técnicas e de segurança aplicáveis, possuir identificação do fabricante, marca, modelo e número de série, além de apresentar disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica autorizada em território nacional.

1.2.5. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, funcionamento ou montagem, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, abrangendo assistência técnica, reparo e substituição de peças defeituosas sem ônus adicional ao Município. Serão aceitas garantias superiores eventualmente ofertadas pelo fabricante.

II - DA NATUREZA DO OBJETO

2.1. Considera-se ramo de atividade a linha de fornecimento consignada ao fornecedor, observada:

I - a classe de materiais e serviços utilizando o detalhamento de cada elemento de despesa da PORTARIA Nº 448, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002 e linha de fornecimento contida em sistema de gestão mantido no município.

III - DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A exigência de aquisição de roçadeira profissional à gasolina decorre da necessidade de utilização contínua e intensiva dos equipamentos pelas equipes



operacionais do Município na execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação de vias públicas, praças, áreas institucionais, margens de estradas vicinais e demais espaços públicos, demandando equipamentos com desempenho, resistência e durabilidade compatíveis com atividades profissionais permanentes.

4.2. A especificação de potência mínima de 3 CV e cilindrada mínima de 35,2 cm³ justifica-se pela necessidade de garantir capacidade operacional suficiente para execução eficiente dos serviços em áreas com vegetação densa, capim alto e condições severas de uso, evitando perda excessiva de desempenho, superaquecimento do equipamento e desgaste prematuro do motor. Equipamentos com potência inferior podem apresentar baixo rendimento operacional, aumento do tempo de execução dos serviços e maior incidência de manutenção corretiva, comprometendo a eficiência administrativa e a continuidade dos serviços públicos.

4.3. A limitação do reservatório de combustível em no máximo 585 ml visa assegurar equilíbrio ergonômico e operacional do equipamento, reduzindo peso excessivo durante a utilização contínua pelos servidores, sem comprometer a autonomia necessária para execução das atividades. Tal especificação busca proporcionar melhores condições de manuseio, segurança e conforto operacional aos usuários, observando princípios relacionados à saúde e segurança do trabalho.

4.4. A exigência de peso máximo do conjunto de corte de 8 kg possui fundamento técnico e operacional, considerando a necessidade de utilização prolongada dos equipamentos durante as jornadas de trabalho. Equipamentos excessivamente pesados podem ocasionar fadiga excessiva dos operadores, redução da produtividade, aumento do risco de acidentes ocupacionais e maior desgaste físico dos servidores responsáveis pela execução das atividades.

4.5. As demais especificações técnicas relacionadas à rotação máxima, rotação na lenta, comprimento total mínimo, inclusão de lâmina de 3 pontas e características gerais do equipamento foram definidas com base em padrões usualmente praticados no mercado de equipamentos profissionais de roçagem, visando assegurar desempenho adequado, compatibilidade operacional, segurança, durabilidade e atendimento eficiente das necessidades da Administração Pública.

4.6. Dessa forma, conclui-se que as especificações exigidas não possuem caráter restritivo de competitividade, mas decorrem de critérios técnicos mínimos indispensáveis ao adequado atendimento da necessidade administrativa, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

V - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. O presente instrumento visa a aquisição de roçadeira profissional à gasolina para atender a demanda, eventuais e futuras, de várias secretarias do município de Santana do Paraíso, conforme condições, quantidades e exigências descritas.



5.2. A solução adotada para atendimento da necessidade identificada consiste na realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Os equipamentos deverão possuir características profissionais, adequadas ao uso contínuo e intensivo em serviços públicos, devendo apresentar robustez, durabilidade, desempenho operacional compatível e conformidade com as especificações técnicas definidas pela Administração.

5.4. As roçadeiras deverão ser novas, de primeiro uso, não sendo admitidos equipamentos usados, remanufaturados, reconicionados, reciclados ou reformados. Os produtos deverão ser entregues em embalagem original de fábrica, devidamente lacrados, acompanhados de todos os acessórios, componentes, ferramentas, manuais, itens de segurança e demais elementos necessários ao pleno funcionamento do equipamento.

5.5. Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de fábrica de 06 (seis) meses contra defeitos de fabricação, funcionamento ou montagem, contados do recebimento definitivo pela Administração, bem como disponibilidade de assistência técnica autorizada em território nacional e fornecimento regular de peças de reposição.

5.6. Os fornecimentos ocorrerão de forma parcelada, conforme necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Autorização de Fornecimento pelo Setor de Compras, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

5.7. . A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado Central, situado à rua José Matias de Oliveira, nº 39, Bairro Josefino Anício de Oliveira, das 07:00 às 16:00h, ou em outro local dentro do território municipal previamente indicado na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal.

5.8. Os equipamentos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras. O prazo fixado observa padrões usuais praticados no mercado para fornecimento do objeto, mostrando-se suficiente para atendimento da demanda administrativa sem comprometimento da competitividade do certame.

5.8.1. Excepcionalmente, o prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que a contratada apresente solicitação formal e devidamente justificada, por escrito, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis antes do encerramento do prazo originalmente fixado, ficando a concessão da prorrogação condicionada à análise e aceitação da Administração, observados os princípios da razoabilidade, interesse público e continuidade do serviço público.

5.9. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da entrega, para efeito de verificação da conformidade do objeto com suas



especificações de acordo com este Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora.

5.10. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos equipamentos.

5.11. O recebimento definitivo do objeto, não exclui a responsabilidade da empresa quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo CONTRATANTE, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

5.12. Caso o bem fornecido apresente alguma alteração com o que foi apresentado na proposta comercial, e dessa forma, não atenda às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a PMSP rejeitá-lo, integralmente ou em parte, obrigando-se a empresa CONTRATADA a providenciar a substituição ou reparação dos bens não aceitos no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

VI - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Requisitos gerais - As roçadeiras à gasolina deverão possuir características profissionais, compatíveis com utilização contínua e intensiva pelas equipes operacionais da Administração, apresentando robustez, resistência mecânica, durabilidade e desempenho adequado para execução dos serviços em áreas urbanas e rurais.

6.2. Condições das roçadeiras

a) Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de fabricação, não sendo admitidos produtos usados, remanufaturados, recondicionados, reciclados, reformados ou provenientes de mostruário;

b) Os produtos deverão ser entregues em embalagem original do fabricante, devidamente lacrados e acondicionados, acompanhados de todos os acessórios, componentes, ferramentas, itens de segurança, proteções, manuais de instrução em língua portuguesa e demais elementos necessários ao perfeito funcionamento do equipamento;

6.3. Especificações técnicas funcionais - As especificações mínimas estabelecidas possuem caráter técnico e referencial, visando assegurar padrão mínimo de desempenho, qualidade, durabilidade, ergonomia e eficiência operacional, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que atendam integralmente às necessidades da Administração.

6.3.1. As especificações foram definidas após levantamento de mercado, verificando-se a existência de múltiplos fabricantes e modelos aptos ao atendimento das exigências estabelecidas, não havendo restrição indevida à competitividade



6.3.1.1. Motor 2 tempos refrigerado a ar justifica-se pela necessidade de utilização de equipamento com maior robustez, simplicidade mecânica, facilidade de manutenção e desempenho compatível com uso contínuo.

6.3.1.2. Requisitos de potência e cilindrada mínima possui fundamento técnico relacionado à necessidade de garantir desempenho operacional suficiente para execução eficiente dos serviços em áreas com vegetação densa, capim alto e condições severas de trabalho

6.3.1.3. Reservatório de combustível visa assegurar autonomia operacional adequada durante as jornadas de trabalho, reduzindo interrupções frequentes sem comprometer condições de manuseio, segurança e conforto operacional aos usuários, observando princípios relacionados à saúde e segurança do trabalho.

6.3.1.4. Sistema de partida manual retrátil com alívio de esforço na tração decorre da necessidade de proporcionar melhores condições ergonômicas aos operadores.

6.3.1.5. Sistema de transmissão por eixo cardã rígido em aço forjado, de alta resistência montado sobre rolamentos ou buchas autolubrificantes possui finalidade de assegurar maior durabilidade, resistência mecânica e vida útil do equipamento, considerando a utilização contínua e severa em serviços públicos

6.3.1.6. O limite de peso máximo sem conjunto de corte de 8,5 kg fundamenta-se em critérios de ergonomia, segurança e saúde ocupacional, visando evitar fadiga excessiva dos operadores, reduzir riscos de acidentes e proporcionar melhores condições de utilização durante longos períodos.

6.3.1.7. Obrigatoriedade de sistema antivibratório com amortecimento entre o motor e o tubo operacional busca minimizar vibrações excessivas transmitidas ao operador, reduzindo desgaste físico, desconforto operacional e potenciais riscos ergonômicos

6.3.1.8. Guidão ergonômico assimétrico com comandos integrados possui fundamento relacionado à segurança, controle operacional e conforto do usuário.

6.4. Garantia de fábrica - Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, funcionamento ou montagem, contados do recebimento definitivo pela Administração, obrigando-se a contratada a promover reparo, substituição de peças ou troca do equipamento defeituoso sem ônus adicional ao Município.

6.5. Assistência técnica - Os produtos deverão possuir disponibilidade de assistência técnica autorizada em território nacional, bem como fornecimento regular de peças de reposição e componentes compatíveis, visando assegurar continuidade



operacional, economicidade manutenção adequada, prolongamento de vida útil e redução do tempo de indisponibilidade dos equipamentos.

6.6. Regularidade da contratada - A fornecedora deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente, assumindo integral responsabilidade pelo cumprimento dos prazos de entrega, das condições de garantia e da assistência técnica contratada, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes de falhas no fornecimento.

6.7. Sub contratação - Não será admitida subcontratação do objeto contratual.

VII- EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de Nota de Autorização de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

7.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de produtos usados, remanufaturados, reconicionados, reciclados, reformados ou em desacordo com as exigências estabelecidas pela Administração.

7.3. As roçadeiras deverão ser entregues novas, de primeiro uso, em embalagem original do fabricante, devidamente lacradas e acompanhadas de todos os acessórios, componentes, ferramentas, itens de segurança, manuais de instrução e demais elementos necessários ao perfeito funcionamento e utilização dos equipamentos.

7.4. O fornecimento deverá ocorrer no Almoxarifado Central do Município, situado na Rua José Matias, nº 39, Bairro Josefino Anício, em dias úteis das 07:00 às 16:00 horas, ficando sob responsabilidade da contratada todas as despesas relacionadas ao transporte, frete, carregamento, descarregamento, seguros, tributos, encargos e demais custos necessários à perfeita execução do objeto.

7.5. O prazo para entrega dos equipamentos será de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras.

7.5.1. Excepcionalmente, o prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que a contratada apresente solicitação formal e devidamente justificada, por escrito, em até 02 (dois) dias úteis antes do encerramento do prazo inicialmente concedido, ficando a concessão da prorrogação condicionada à análise e aprovação da Administração.



7.6. O recebimento dos produtos ocorrerá provisoriamente no ato da entrega, para conferência quantitativa e verificação inicial das condições dos equipamentos, e definitivamente após análise técnica quanto à conformidade das especificações, qualidade, funcionamento e compatibilidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

7.7. Constatadas irregularidades, defeitos, avarias, incompatibilidades ou desconformidade dos produtos com as especificações exigidas, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente os itens fornecidos, devendo a contratada promover sua substituição no prazo estabelecido pela fiscalização, sem quaisquer ônus adicionais ao Município.

7.8. A contratada será responsável pela garantia, assistência técnica e substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, funcionamento ou montagem durante o período de garantia, observadas as condições previstas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

7.9. A execução contratual deverá observar integralmente os princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público, bem como todas as disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.

VIII- GESTÃO DA ATA DE REGITRO DE PREÇOS

8.1. A ARP deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade responsável, com relatórios periódicos.

8.3. Matriz de Risco com Medidas Mitigadoras para o Objeto do Termo de Referência:

Risco	Prob.	Imp.	Sev.	Medidas Mitigadoras
Entrega dos equipamentos fora do prazo estabelecido	Média	Média	Média	Definição de prazo contratual compatível com o mercado; acompanhamento da execução pela fiscalização; aplicação de sanções administrativas em caso de descumprimento injustificado; possibilidade de prorrogação apenas mediante justificativa formal aceita pela Administração..



Risco	Prob.	Imp.	Sev.	Medidas Mitigadoras
Fornecimento de equipamentos em desacordo com as especificações técnicas	Média	Média	Média	Exigência de catálogo/ficha técnica; análise prévia das especificações ofertadas; fiscalização no recebimento; rejeição de itens incompatíveis; previsão de substituição obrigatória sem ônus ao Município.
Fornecimento de equipamentos usados, remanufaturados ou reconicionados	Baixa	Baixa	Baixa	Exigência expressa de equipamentos novos e de primeiro uso; conferência física no recebimento; verificação de embalagem original, número de série e documentação do fabricante.
Defeitos de fabricação ou falhas prematuras nos equipamentos	Média	Média	Média	Exigência de garantia mínima de fábrica; previsão contratual de assistência técnica e substituição dos equipamentos defeituosos; aquisição de marcas compatíveis com padrão profissional..
Ausência ou dificuldade de assistência técnica e peças de reposição	Média	Média	Média	Exigência de assistência técnica autorizada em território nacional; verificação da disponibilidade de peças e suporte técnico durante a fase de contratação.
Desgaste excessivo ou quebra prematura em razão do uso contínuo	Média	Média	Média	Aquisição de equipamentos profissionais; capacitação dos operadores; realização de manutenção preventiva periódica; utilização adequada conforme orientação do fabricante.

X- CRITÉRIOS DE PAGAMENTO



10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente, em conformidade com o disposto no art. 145, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de pagamento no prazo máximo de 30 dias para bens e serviços entregues.

10.2. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada dos comprovantes de entrega e aceitação definitiva do objeto, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

10.3. Não serão aceitas faturas com divergências ou pendências documentais, hipótese em que o prazo de pagamento será suspenso até a devida regularização.

10.4. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária em conta corrente da contratada, indicada no contrato, sendo vedado qualquer pagamento antecipado ou fora das condições ora estipuladas.

XI- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A seleção do fornecedor será realizada através de processo licitatório, em conformidade com a legislação vigente, na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.1. Será adotado o critério de julgamento do tipo Menor Preço por Item.

XII- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. As estimativas de valores, memórias de cálculo e demais documentos de suporte serão elaborados em documento separado e classificado.

XIII- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As dotações pertencem ao orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pelas que vierem a substituí-las no próximo exercício.

13.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo descritas:

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
02.06.06.27.812.0042.1090.4.4.90.52 – ficha 320 – fonte 1500

Secretaria Municipal de Obras, serviços Urbanos e Meio Ambiente
02.09.01.04.122.0004.1096.4.4.90.51.00-ficha 655-fonte 1500.
02.09.01.04.122.0004.2086.3.3.90.30.00-ficha 661-fonte 1500



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO
CNPJ 38.515.573/0001-20 - Inscrição Estadual: Isenta
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso - MG
CEP 35179000 - Fone (31) 3251-7502

Fls.:

DPL/PMSP

O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, seus anexos e alterações, e outros diplomas legais pertinentes.

Santana do Paraíso, 16 de junho de 2026

Janice Alves da Silva
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer

Gilberto Albertino Ramos
Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente



ANEXO I DO TR - DESCRIÇÃO MINUCIOSA DOS ITENS:

ITEM	QT	DESCRIPTIVO	CATÁLOGO	VR MÉDIO UNIT.	VR TOTAL ESTIMADO
1	05	ROÇADEIRA PROFISSIONAL À COMBUSTÃO - Roçadeira profissional à gasolina, motor 2 tempos refrigerado a ar, potência mínima de 1,4 kw (1,9 cv), motor com cilindrada mínima de 35 cm ³ e máxima de 46 cm ³ . Reservatório de combustível com capacidade mínima de 550ml e máxima de 1.000ml. Sistema de partida manual retrátil com alívio de esforço na tração. Sistema de transmissão por eixo cardã rígido de alta resistência, adequado ao uso profissional contínuo. Peso máximo sem conjunto de corte de 8,5 kg. Equipada obrigatoriamente com Sistema Antivibratório com coxins amortecedores entre o motor e o tubo, e guidão ergonômico assimétrico com comandos de aceleração e parada integrados. Incluso: lâmina de corte em aço de 03 pontas, cabeçote de fio de nylon automático ou semiautomático, defletor universal de segurança, cinto de sustentação duplo profissional com alças para os dois ombros e protetor de quadril. Comprovação de disponibilidade de assistência técnica autorizada em território nacional e fornecimento regular de peças de reposição originais. Garantia mínima: 12 meses.	SIM	R\$ 3.609,45	R\$ 18.047,25
VALOR TOTAL					R\$ 18.047,25



Nota:

- 1) Quando itens mencionados neste documento incluírem referências a marcas específicas, ou em situações onde o detalhamento de um item, mesmo sem mencionar explicitamente, possa direcionar de forma específica a uma determinada marca, esclarece-se que esta abordagem não configura uma violação ao Princípio da Isonomia. Tal detalhamento visa apenas estabelecer um parâmetro de qualidade ou funcionalidade base, fornecendo uma referência para o padrão desejado. Destaca-se, portanto, que licitantes são incentivados a apresentar propostas contendo produtos que, embora possam ser similares, superiores ou equivalentes, cumpram com os critérios de qualidade e desempenho especificados. Assim, assegura-se a igualdade de oportunidades no processo licitatório, permitindo a participação de ofertas que atendam ou excedam as necessidades e especificações técnicas requeridas, independentemente da marca.
- 2) Em virtude do sistema de gestão (MEMORY) utilizar na sua “cotação de mercado” valores com 04 (quatro) casas decimais e o Município de Santana do Paraíso decidir pela utilização de 02 (duas) casas nos documentos que compõem o processo licitatório, bem como no sistema eletrônico de pregão (AMMLicita), informamos que podem existir divergências de valores entre o pedido de compras, cotação de mercado e termo de referência, sendo utilizado a fórmula truncar para obtenção de valor de mercado utilizado nesse Termo de Referência com 02 (duas) casas decimais.
- 3) As especificações mínimas estabelecidas possuem caráter meramente referencial e objetivam assegurar padrão mínimo de desempenho, qualidade, durabilidade e eficiência operacional, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores que atendam integralmente às necessidades da Administração
- 4) As especificações foram definidas após levantamento de mercado, verificando-se a existência de múltiplos fabricantes e modelos aptos ao atendimento das exigências estabelecidas, não havendo restrição indevida à competitividade



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 058/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PROPOSTA SÓ É DE OBRIGATÓRIA APRESENTAÇÃO PELO LICITANTE VENCEDOR DO CERTAME, CASO SOLICITADO PELO PREGOEIRO. NO INÍCIO DO CERTAME, PODE SER SUBSTITUÍDA PELO MERO PREENCHIMENTO DO SISTEMA.

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME'S, EPP'S E EQUIPARADAS

ITEM	UND	DESCRIÇÃO MINUCIOSA	QTD	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UND	ROÇADEIRA PROFISSIONAL À COMBUSTÃO - Roçadeira profissional à gasolina, motor 2 tempos refrigerado a ar, potência mínima de 1,4 kw (1,9 cv), motor com cilindrada mínima de 35 cm ³ e máxima de 46 cm ³ . Reservatório de combustível com capacidade mínima de 550ml e máxima de 1.000ml. Sistema de partida manual retrátil com alívio de esforço na tração. Sistema de transmissão por eixo cardã rígido de alta resistência, adequado ao uso profissional contínuo. Peso máximo sem conjunto de corte de 8,5 kg. Equipada obrigatoriamente com Sistema Antivibratório com coxins amortecedores entre o motor e o tubo, e guidão ergonômico assimétrico com comandos de aceleração e parada integrados. Incluso: lâmina de corte em aço de 03 pontas, cabeçote de fio de nylon automático ou semiautomático, defletor universal de segurança, cinto de sustentação duplo profissional com alças para os dois ombros e protetor de quadril. Comprovação de disponibilidade de assistência técnica autorizada em território nacional e fornecimento regular de peças de reposição originais. Garantia mínima: 12 meses.	05		R\$	R\$
TOTAL:						R\$

Declaro que os materiais/serviços referidos na proposta atendem as especificações do Edital e Anexos, sendo a licitante abaixo qualificada corresponsável pela garantia dos mesmos.



Proposta válida até:/...../..... (Não inferior a 60 dias).

Empresa:

Endereço:

N.º CNPJ:

Conta corrente: n.º..... Agência: n.º.....

N.º do Banco.....

Nome do responsável pela assinatura do contrato:

N.º do CPF do responsável pela assinatura do contrato:

Atenciosamente,

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)
(ENDEREÇO E CNPJ, SE INEXISTENTES NO PAPEL IMPRESSO)



ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 058/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/XXX

PARTES:

ORGÃO GERENCIADOR:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, **senhor** «NOME», inscrito no CPF/MF sob o nº. «CPF», e pela Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, **senhora** «NOME», inscrito no CPF/MF sob o nº. «CPF».

FORNECEDOR REGISTRADO:

_____, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICIPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pela sua «CARGO», **senhora** «NOME», inscrita no CPF/MF sob o nº. «CPF», **E-MAIL INSTITUCIONAL:**

Pela presente Ata de Registro de Preços entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação constante no objeto do Pregão Eletrônico **N.º 028/2026**, Processo Administrativo **N.º 058/2026**, mediante o disposto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Edital, seus anexos e todos os demais documentos referentes ao objeto do referido Processo supracitado, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto do presente instrumento o Registro de preços para aquisição, eventual e futura, de roçadeiras profissionais à gasolina destinado à execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas urbanas e rurais,



visando atender às necessidades operacionais das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal, conforme quantidades e especificações indicados na CLÁUSULA TERCEIRA deste instrumento e no Edital do Pregão Eletrônico supracitado.

2.2. A execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o termo de referência, anexo do edital e demais anexos que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2.2.1. O registro de preços não obrigará a Administração a contratar em sua totalidade, sendo que as contratações se darão de acordo com a demanda do município, ou seja, de forma parcelada.

PARÁGRAFO ÚNICO: Toda e qualquer alteração no objeto somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização por escrito do Município de Santana do Paraíso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO REGISTRADO

3.1. Conforme proposta final da empresa adjudicatária do certame, o valor para o fornecimento do objeto da presente ata de registro de preços ocorrerá conforme o valor unitário abaixo discriminado, com validade pelo prazo de um ano:

INSERIR PLANILHA DO LICITANTE VENCEDOR

3.2. No preço registrado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, além dos necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.

4.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pela que vier a substituí-la no próximo exercício:

02.09.01.04.122.0004.1096.4.4.90.51.00 - FICHA 655 - FONTE 1500

02.09.01.04.122.0004.2086.3.3.90.30.00 - FICHA 661 - FONTE 1500

02.06.06.27.812.0042.1090.4.4.90.52.00 - FICHA 320 - FONTE 1500



CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A execução deverá ocorrer de acordo com as ordens de fornecimento emitidas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. Os equipamentos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras.

5.2.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

5.3. A entrega será conforme Nota de Autorização de Fornecimento (NAF) e deverá ser realizada, de acordo com as necessidades das Secretarias, em locais indicados no Município de Santana do Paraíso.

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/21.

6.1.2. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

6.2. Se o Fornecedor Registrado deixar de realizar a execução dentro das especificações estabelecidas, será responsável pela imediata substituição ou troca do objeto rejeitado e o tempo despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e do Termo de Referência, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:



7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Santana do Paraíso, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item **DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** constante do Edital.

7.3. Efetuar a execução do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, em conformidade com o que trata o termo de referência.

7.3.1. O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

7.3.2. O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Santana do Paraíso, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Departamento de Compras do Município de Santana do Paraíso, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução.

7.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade

7.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município de Santana do Paraíso, conforme quantitativos dos serviços adjudicados, tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6. No prazo estipulado no Contrato, a contratada deverá corrigir os materiais que, durante a entrega, não atenderem aos padrões de qualidade e especificações definidos no referido contrato. A substituição deve ser feita de acordo com as condições acordadas e em conformidade com os termos estabelecidos neste documento.

7.7. Em caso de defeito na execução dos serviços, a contratada deverá providenciar imediatamente a substituição por outro serviço de qualidade equivalente, assegurando que o serviço atenda a todos os padrões e requisitos estabelecidos no Contrato de Prestação de Serviços.



7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva execução do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos.

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da prestação do(s) serviço(s), num prazo estipulado no Termo de Referência, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Santana do Paraíso ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.15. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

7.16. Estar ciente da matriz de risco apresentada no Termo de Referência contido no Anexo I do Edital de Convocação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/21.

8.2. Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** além da constante do Art. 115 da Lei n.º 14.133/21, as especificadas no Edital.



- 8.3.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto deste Contrato/Ata de registro de preço;
- 8.4.** Emitir as ordens de Fornecimento ao Fornecedor Registrado, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;
- 8.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor Registrado;
- 8.6.** Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e neste Instrumento;
- 8.7.** Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A prestação dos serviços e o cumprimento do disposto neste instrumento serão fiscalizados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, por intermédio do(a) servidor(a) _____, que acompanhará a entrega dos produtos, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para execução do mesmo e apresentação de documentos fiscais, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento pela efetiva execução do serviço deste instrumento será efetuado até o **30º (trigésimo) dia após a apresentação documentos fiscais**, à **EMPRESA REGISTRADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se ainda a ordem cronológica de pagamentos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/21.

10.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **EMPRESA REGISTRADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o recebimento e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **EMPRESA REGISTRADA**, todas as condições pactuadas.

10.1.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação e liquidação do objeto pela fiscalização do município de Santana do Paraíso e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

10.1.3. Para execução do pagamento, **EMPRESA REGISTRADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em



nome do município de Santana do Paraíso, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

10.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **EMPRESA REGISTRADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao município de Santana do Paraíso.

10.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **EMPRESA REGISTRADA**.

10.3. O Município de Santana do Paraíso poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **EMPRESA REGISTRADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A **EMPRESA REGISTRADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do município de Santana do Paraíso.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **EMPRESA REGISTRADA** atenda à cláusula infringida.

c) A **EMPRESA REGISTRADA** retarde indevidamente a execução do objeto ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do município de Santana do Paraíso.

d) Débito da **EMPRESA REGISTRADA** para com o município de Santana do Paraíso quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

10.4. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta das dotações do ano corrente e dos anos vindouros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS SERVIÇOS

11.1. A execução ocorrerá de acordo com as ordens de fornecimento emitidas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO

12.1. Conforme as normas financeiras vigentes, não haverá reajustamento de preços, no prazo inferior a 01 (um) ano, podendo após o 13º mês o preço ser reajustado através do índice IGPM publicado pela FGV.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

13.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

14.2. A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Fornecedor Registrado comprovar o aumento ou redução dos preços.

14.2.1. A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias úteis após seu protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Das infrações e sanções aplicáveis aos contratados quando:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
I - Advertência;



- b)** Dar causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos
- c)** Dar causa à inexecução total da ARP;
I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 2(dois) anos
- d)** Ensejar o retardamento da execução do serviço objeto da licitação sem motivo justificado;
I - Multa no percentual de 20% do valor contratado;
II - Impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3(três) anos
- e)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- f)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.
- g)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
I - Multa no percentual de 30% do valor contratado;
II - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo período de 4(quatro) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

16.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

16.1.1. Descumprir as condições da ata de Registro de Preços;

16.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado e estiverem presentes razões de interesse público.



16.1.3.1. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

16.1.3.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

17.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei nº 14.133/21, Legislação Municipal e, com aplicação subsidiária do Decreto Federal nº 10.024/19, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro da cidade de **Ipatinga/MG** para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

18.2 - Por estarem justos e contratados, as partes contratantes, assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos efeitos.

Santana do Paraíso, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

ORGÃO GERENCIADOR

EMPRESA REGISTRADA

Testemunhas:



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N.º 058/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INSTRUMENTO DE CONTRATO N.º XXX/XXX

PARTES:

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICÍPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pelo Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Meio Ambiente, **senhor** «NOME», inscrito no CPF/MF sob o nº. «CPF», e pela Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, **senhora** «NOME», inscrito no CPF/MF sob o nº. «CPF».

CONTRATADO:

_____, com sede na «ENDEREÇO», nº «Nº», Bairro «BAIRRO», no Município de «MUNICÍPIO», CEP «CEP», Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. «CNPJ», neste ato representado pela sua «CARGO», **senhora** «NOME», inscrita no CPF/MF sob o nº. «CPF», **E-MAIL INSTITUCIONAL:**

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Pregão Eletrônico **N.º 028/2026**, Processo Administrativo **N.º 058/2026** e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. Constitui o objeto do presente instrumento a aquisição de roçadeiras profissionais à gasolina destinado à execução dos serviços de roçagem, limpeza e conservação de áreas públicas urbanas e rurais, visando atender às necessidades operacionais das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal.

1.2.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do objeto do **Pregão Eletrônico N.º 028/2026, Processo Administrativo N.º**



058/2026, e demais anexos que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor estimado deste contrato é de **R\$ _____**, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA, de acordo com os valores e quantitativos abaixo relacionados, que será adquirido de forma parcelada:

INSERIR PLANILHA A SER CONTRATADA

2.2. O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais, conforme art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.

2.3. Serão incorporados ao contrato, mediante Aditamento todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente instrumento terá vigência até _____, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO/RECEBIMENTO/

4.1. O pagamento pela efetiva execução do serviço objeto deste instrumento será efetuado conforme o que estabelece a Ata de Registro de Preços nº xxx/2026.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. As condições de reajustamento constam na Ata de Registro de Preços nº xxx/2026.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A contratação está adequada ao orçamento disponível para o exercício financeiro.



6.2. As despesas correntes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo, do orçamento vigente no Município de Santana do Paraíso ou pela que vier a substituí-la no próximo exercício:

02.09.02.15.452.0025.2092.3.3.90.30.00, ficha 707, fonte 1500

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além de observar todas as normas e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº. 027/2026 e seus anexos, incumbe à Contratada manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de qualificação e habilitação exigida na licitação à qual este se encontra vinculado, bem como, executar, com eficiência, pontualidade e qualidade, o objeto contratual; arcar com todas e quaisquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. À Contratante compete as obrigações constante na **ARP nº xx/2026**, bem como efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido no Edital e na ARP, e ainda acompanhar a execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido conforme estabelecido na Ata de Registro de Preços nº **xxx/2026**.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** serão aplicadas as sanções constantes na Ata de Registro de Preços nº **xxx/2026**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO

11.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

12.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, Legislação Municipal, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do **Pregão Eletrônico nº 028/2026, Processo Administrativo nº 058/2026**.



12.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento dos bens;
- c) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

13.2. A solicitação de alteração de preços visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser formalizado por escrito e devidamente motivado e justificado, devendo ainda o Contratado comprovar o aumento ou redução dos preços.

13.3. A resposta para o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias uteis após seu protocolo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO PARAÍSO
CNPJ 38.515.573/0001-20 - Inscrição Estadual: Isenta
Rua Dona Amélia, 71, Centro, Santana do Paraíso - MG
CEP 35179000 - Fone (31) 3251-7502

Fls.:

DPL/PMSP

CONTRATADA

Testemunhas: